



Calidoscópico

E-ISSN: 2177-6202

calidoscopio@unisinis.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Brasil

Guaranha, Manoel Francisco

A construção do sujeito Lourdinha: análise textual e discursiva de uma carta-panfleto de
propaganda política

Calidoscópico, vol. 13, núm. 3, septiembre-diciembre, 2015, pp. 294-301

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=571561401008>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Manoel Francisco Guaranha
m-guaranha@uol.com.br

A construção do sujeito Lourdinha: análise textual e discursiva de uma carta-panfleto de propaganda política

The construction of the subject Lourdinha: Textual and discursive analysis of a letter flyer propaganda

RESUMO – Este trabalho vincula-se ao grupo de pesquisa “Teorias e Práticas Discursivas” do Programa de Mestrado em Linguística da Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL), São Paulo, Brasil. Este artigo analisa um documento manuscrito de propaganda política, assinado por uma pessoa que se identifica como Lourdinha, deixado na caixa de correspondências de uma casa de classe média de um bairro da cidade de São Paulo cujo propósito é pedir votos para um candidato a deputado. O documento foi escolhido como corpus para uma análise textual e discursiva, cujo objetivo é articular os fenômenos gramaticais, categorias da linguística textual e da análise do discurso para compreender em que medida elementos do texto (sequências ou tipos textuais, seleção lexical e organização das ideias) e elementos discursivos (a construção do sujeito, os efeitos de sentido produzidos no enunciatário por meio de considerações sobre cena de enunciação e ethos do enunciador) articulam-se no processo argumentativo para veicular ideologias.

Palavras-chave: análise textual, análise discursiva, enunciação.

ABSTRACT – This work is linked to the research group “Discourse Theory and Practice” of the Masters Program in Linguistics from Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL), São Paulo, Brazil. This article analyzes a manuscript document of political propaganda, signed by a person who identifies herself as Lourdinha, left in a mailbox of a house in a middle-class neighborhood in São Paulo, whose purpose is to ask for votes for a political candidate. The document was selected as corpus for a textual and discursive analysis whose purpose is to articulate the grammatical phenomena, categories of textual linguistics and discourse analysis to understand to what extent text elements (sequences or text types, lexical selection and organization of ideas) and discursive elements (the construction of the subject, the effects of meaning produced in enunciatee through consideration of utterance scene and ethos of the enunciator) are articulated in the argumentative process to transmit ideologies.

Keywords: textual analysis, discursive analysis, enunciation.

Introdução

Este trabalho analisa uma carta-panfleto de propaganda política assinada por um sujeito que se identifica como Lourdinha, cuja finalidade é pedir votos para um candidato a cargo eletivo na cidade de São Paulo. O documento, escrito a mão e deixado na caixa de correspondências de uma residência de um bairro de classe média da Zona Sul de São Paulo, foi escolhido como *corpus* para uma análise textual e discursiva cujo objetivo é fornecer subsídios para práticas de leitura na escola. Para tanto, articula fenômenos gramaticais a conceitos da linguística textual e da análise do discurso na observação dos processos argumentativos e da construção de um sujeito que veicula ideologias no texto.

O trabalho apresenta, assim, uma prática interativa de leitura centrada numa concepção de ensino de língua que busca transcender os tradicionais procedimentos taxonômicos, limitados a descrever as estruturas dos textos

sem atentar para os aspectos comunicacionais postos em funcionamento pela materialidade linguística. Essa prática restrita aos fenômenos gramaticais, muitas vezes, não leva em conta a situação de comunicação de que o texto participa ou que ele cria. Nesse sentido, nossa pesquisa revela a importância de se lançar mão de diferentes perspectivas na (re)construção dos sentidos de um texto e mostra que os elementos gramaticais e textuais não significam por si, mas como partes de um sistema que só pode ser compreendido em funcionamento. Aspectos gramaticais são, por assim dizer, pontas de um *iceberg* ou fios de Ariadne que nos encaminham para os significados do discurso que se atualizam no processo enunciativo.

Compreende-se também que grande parte dos movimentos de leitura realizados neste trabalho, bem como na leitura de qualquer texto, estão carregados de sentidos construídos em função dos valores do próprio leitor e nem sempre conscientemente sugeridos pelo produtor do material linguístico. Isso significa que o texto é sempre

um material virtual possível de ser atualizado de modo diverso a cada situação de comunicação de que participa.

Texto, estratégias enunciativas e ideologia

A concepção de texto como “unidade de produção verbal que veicula uma mensagem linguisticamente organizada e que tende a produzir um efeito de coerência em seu destinatário” (Bronckart, 2009, p. 137) é nosso ponto de partida para este trabalho. Levando-se em conta o fato de as diferentes espécies de textos poderem ser agrupadas em gêneros que “apresentam características relativamente estáveis [...] disponíveis no intertexto como modelos indexados, para os contemporâneos e para as gerações posteriores” (Bronckart, 2009, p. 137), compreendemos que esses gêneros constituem “eventos linguísticos” não passíveis de serem definidos, exclusivamente, por “características linguísticas” e sim como “atividades sociodiscursivas” (Marcuschi, 2005, p. 29).

Essas unidades de produção verbal, por sua vez, articulam-se em sequências, tipos linguísticos em “que podem ser identificadas regularidades de organização e de marcação linguísticas” (Bronckart, 2009, p. 138), sequências às quais denominamos tipos textuais. Sem a pretensão de polemizar a quantidade ou a nomenclatura desses tipos textuais os quais variam de acordo com alguns autores, adotamos a proposta de Marcuschi (2005), que nos pareceu adequada aos propósitos da análise do *corpus* desta pesquisa. Para o autor, os tipos textuais são: descrição, narração, injunção, argumentação e exposição.

Compreendemos, ainda, que o “efeito de coerência” (Bronckart, 2009, p. 137) produzido pelo texto sobre o destinatário é uma atividade discursiva, enunciativa, de “colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” que “supõe a conversão individual da língua em discurso”, ato interativo em que “a língua é efetuada em uma instância de discurso, que emana de um locutor, forma sonora [escrita no caso do nosso *corpus*] que atinge um ouvinte [leitor no caso do nosso *corpus*] e que suscita uma outra enunciação de retorno” (Benveniste, 2006, p. 82-84).

Essa atividade enunciativa pode ser mais bem compreendida se recorrermos ao conceito de cena de enunciação, pois “um texto não é um conjunto de signos inertes, mas o rastro deixado por um discurso em que a fala é encenada” (Maingueneau, 2011, p. 85). Essa cena de enunciação pode ser desdobrada em cena englobante e cena genérica, componentes do quadro cênico do texto, “espaço estável no interior do qual o enunciado adquire sentido” (Maingueneau, 2011, p. 87). A primeira, cena englobante, corresponde ao tipo de discurso: “Quando recebemos um panfleto na rua, devemos ser capazes de determinar a que tipo de discurso ele pertence: religioso, político, publicitário etc, ou seja, qual é a cena englobante na qual é preciso que nos situemos para interpretá-lo” (Maingueneau, 2011, p. 86). A segunda, cena genérica,

refere-se à noção de que, em uma cena englobante, “cada gênero do discurso define seus próprios papéis: num panfleto de campanha eleitoral, trata-se de um ‘candidato’ dirigindo-se a ‘eleitores’; numa aula trata-se de um professor dirigindo-se a alunos” (Maingueneau, 2011, p. 86).

A cenografia é uma terceira categoria acrescida a essas dimensões. Trata-se do modo como o texto é recebido. Veremos que, em nosso *corpus*, o panfleto político é recebido pelo leitor como uma carta, quando poderia ser recebido por meio de um manifesto, de um poema etc. Esse modo de apresentar o material é uma estratégia de produção de sentido.

A cena de enunciação, por sua vez, revela a construção de um *ethos* ou uma voz que sustenta o texto, “a [voz] de um sujeito para além do texto” (Maingueneau, 2011, p. 95) que se revela no ato da enunciação. O texto escrito possui “um tom que dá autoridade ao que é dito [...] e permite ao leitor construir uma representação do corpo do enunciatador (e não, evidentemente, do corpo do autor efetivo). A leitura faz, então, emergir uma instância subjetiva que desempenha o papel de *fiador* do que é dito” (Maingueneau, 2011, p. 98, grifo do autor). Identificamos o caráter e a corporalidade do enunciatador e, portanto, os aspectos ideológicos do discurso por meio de um “conjunto difuso de representações valorizadas ou desvalorizadas, sobre as quais se apoia a enunciação que, por sua vez, pode confirmá-las ou modificá-las” (Maingueneau, 2011, p. 99).

Entre as muitas estratégias enunciativas do texto analisado neste trabalho, destacam-se: a seleção lexical empreendida pelo sujeito; o uso dos pronomes pessoais e os efeitos de sentido que deles se extraem; a organização dos termos nas frases; a articulação dos tipos textuais e sua funcionalidade; o gênero escolhido para o texto; a imagem que esses elementos constroem do sujeito e do leitor ao longo do discurso e em que medida essas categorias ativam procedimentos argumentativos e remetem a formações ideológicas e discursivas que buscam atingir um objetivo enunciativo: fazer com que as pessoas reconheçam que o candidato a deputado em torno do qual o texto se desenvolve é aquele que mais bem representa o conjunto de valores da comunidade à qual foi dirigido o documento escolhido como objeto de nossa análise.

Antes de iniciarmos a apresentação e análise do *corpus*, convém delimitar os conceitos de formação ideológica e discursiva. Formação ideológica é “um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais, nem universais, mas dizem respeito, mais ou menos diretamente, às posições de classe em conflito umas com as outras” (Brandão, 2004, p. 107).

Vinculadas às formações ideológicas, as formações discursivas são aqueles enunciados que apresentam certas regularidades e “em uma formação ideológica específica e levando em conta uma relação de classe, determinam ‘o que pode e deve ser dito’ a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada” (Brandão, 2004, p. 48).

Como se trata de uma carta-panfleto que pede votos para um candidato político, iremos destacar, no processo de construção da subjetividade do enunciado apresentado em nosso *corpus*, um aspecto ideológico da sociedade brasileira destacado por Holanda (1995) quando faz observações sobre as relações entre Estado e círculo familiar no Brasil, considerados por alguns indivíduos como ordens indistintas:

A indistinação fundamental entre [Estado e círculo familiar] é prejuízo romântico que teve os seus adeptos mais entusiastas durante o século XIX. De acordo com esses doutrinadores, o Estado e as suas instituições descenderiam em linha reta, e por simples evolução, da família. A verdade, bem outra, é que pertencem a ordens diferentes em essência. Só pela transgressão da ordem doméstica e familiar é que nasce o Estado e que o simples indivíduo se faz cidadão, contribuinte, eleitor, elegível, recrutável ante as leis da Cidade. [...] A ordem familiar, em sua forma pura, é abolida por uma transcendência (Holanda, 1995, p. 141).

Esse hiato que se deve estabelecer entre os domínios público e privado, muitas vezes, não tem sido respeitado no Brasil. Por uma série de razões históricas, “a escolha dos homens que irão exercer funções públicas faz-se de acordo com a confiança pessoal que mereçam os candidatos, e muito menos de acordo com as suas capacidades próprias” (Holanda, 1995, p. 146). Decorre desse fenômeno cultural “o predomínio constante das vontades particulares que encontra seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal” (Holanda, 1995, p. 146). Um desses círculos, esclarece Holanda (1995), é a família, instituição em que prevalecem os laços de sangue e de coração e que norteia a nossa composição social.

A construção do sujeito Lourdinha

Apresentamos, na Figura 1, a fotocópia do *corpus* de nossa pesquisa, pois os elementos relativos à forma como a ortografia e a disposição do texto no papel também são relevantes na construção do sentido. Em seguida, transcrevemos o texto. Tanto na imagem como na transcrição dela, alteramos o nome e o número do candidato. Optamos por manter o nome da signatária porque foi relevante para nossa análise e também porque é um nome comum e não apresenta elementos que a identifiquem.

1. Vizinhos [,] vocês recordam que na outra eleição eu fiz de próprio punho 100 cartinhas e entreguei de porta em porta. O dr José estorou (*sic*) de voto com a ajuda e foi vitorioso.
2. Vamos continuar ajudando.
3. Nós sabemos que podemos contar com ele e que nas horas mais difíceis ele nos ajuda. Se você duvida, basta ir ao seu escritório. Lá eu sempre fui bem atendida.
4. Ele é o único candidato da nossa região, do nosso bairro que tem chance de ganhar esta eleição.
5. O dr José Silva é médico e nem por isso deixa de ser uma pessoa humilde e é muito ligado à família.

Vizinhos, vocês recordam que na outra eleição eu fiz de próprio punho 100 cartinhas e entreguei de porta em porta. O dr José estorou de voto com a nossa ajuda e foi vitorioso.

Vamos continuar ajudando.

Nós sabemos que podemos contar com ele e que nas horas mais difíceis ele nos ajuda. Se você duvida, basta ir ao seu escritório. Lá eu sempre fui bem atendida.

Ele é o único candidato da nossa região, do nosso bairro que tem chance de ganhar esta eleição.

O dr José Silva é médico e nem por isso deixa de ser uma pessoa humilde e é muito ligado à família.

Se você quer um candidato que vai honrar seu voto e trabalhar com serenidade. Vote em dr. José, o número dele é 99999. Foi ele que criou a Lei Seca que está salvando muitas vidas. Vamos torcer por ele e pedir para os nossos parentes, amigos e vizinhos votarem nele. Vamos todos juntos eleger o nosso vizinho.

Peço a Deus que o ajude a ganhar mais esta batalha.

Lourdinha da
Rua Malta Cardoso

Figura 1. Carta-panfleto de Lourdinha.

Figure 1. Lourdinha's letter flyer.

6. Se você quer um candidato que vai honrar seu voto e trabalhar com serenidade, vote em dr. José, o número dele é 999999. Foi ele que criou a Lei Seca que está salvando muitas vidas. Vamos torcer por ele e pedir para os nossos parentes, amigos e vizinhos votarem nele. Vamos todos juntos eleger o nosso vizinho.

7. Peço a Deus que o ajude a ganhar mais esta batalha.

Lourdinha da
Rua Malta Cardoso.

Ao categorizarmos o documento em questão como carta-panfleto, admitimos que se trata de um gênero híbrido. É bem possível que tenha sido concebido por uma agência de publicidade, pois as campanhas eleitorais no Brasil, especialmente na cidade de São Paulo, movimentam milhões de reais e nada têm de artesanal.

De qualquer modo, o aparente caráter artesanal e o conteúdo do texto criam a corporalidade de uma enunciatória dona de casa, conservadora e afinada com os valores da comunidade em que se insere e que ela acredita serem representados pelo candidato: família, profissão, trabalho, honra, dignidade e religiosidade. Este *ethos* adquire um

poder de persuasão que age sobre o coenunciador por meio da cena de enunciação e se corporifica ao lançar mão dos recursos linguísticos e organizá-los no texto.

Assim, poderíamos dizer que a cena englobante, aquela relativa ao tipo de discurso e que é instaurada pelo documento analisado, é a do discurso político; a cena genérica, ou o gênero a que pertence o texto é o panfleto, pois se trata de uma folha avulsa de propaganda para distribuição ao público; e a cenografia, a forma como o leitor recebe o texto, é a da carta.

Esta cenografia específica ganha importância se pensarmos que o sujeito poderia, para convencer as pessoas a votarem no candidato de sua preferência, ter construído um texto expositivo, ainda que escrito a mão, que fosse assumidamente um panfleto, mas ao utilizar as marcas linguísticas que configuram o documento como carta, cenograficamente, a enunciatória consegue efeitos argumentativos mais eficazes conforme mostraremos a seguir.

As marcas linguísticas mais evidentes do gênero carta presentes no documento são: o vocativo, “Caros vizinhos”; e a assinatura do remetente, “Lourdinha, da Malta Cardoso.” A carta, especialmente aquela dirigida aos pares, como é o caso do documento em questão, pressupõe uma situação de comunicação que envolve pessoalidade, intimidade e confidencialidade, logo, instaura um laço mais estreito entre enunciador e enunciatário do que o panfleto instauraria.

Como o documento em questão é uma carta deixada na caixa de correspondências sem envelope, trata-se de uma carta aberta. Esta estratégia consegue tirar proveito da pessoalidade da carta, ou seja, o enunciatário que encontrar o documento em sua caixa de correspondências sentir-se-á instaurado como um “tu” privilegiado, a pessoa com quem se fala no ato da enunciação. De outro modo, simultaneamente, qualquer um que se apossar do documento sentir-se-á também instaurado na enunciação como “tu”. Neste caso, o documento cumpre o objetivo enunciativo do gênero panfleto, veicular uma mensagem de propaganda ou vender um produto, e instaura como “tu”, por meio da cenografia específica da carta, qualquer um que se apossar dele ampliando assim o número de enunciatários possíveis de serem atingidos.

Analisando as duas marcas linguísticas que destacamos no documento, percebemos que o enunciador abre seu texto com o vocativo, característica fundamental, embora não exclusiva, do gênero epistolar. O substantivo selecionado é genérico, “Vizinhos”, o que reforça o aspecto de carta aberta e, ao mesmo tempo, promove a inserção do enunciatário em uma comunidade restrita: a dos que moram próximos à rua em que a suposta signatária do documento reside e à qual ela pertence: “Lourdinha da Rua Malta Cardoso”. Percebe-se que, na assinatura, a enunciatória identifica-se como Lourdinha pertencente à Rua Malta Cardoso, não como a Lourdinha moradora naquela

rua. Desse modo, tanto o vocativo quanto a assinatura convidam o enunciatário a também se sentir pertencente àquela comunidade e, em certo sentido, cúmplice ou parte daquele grupo restrito.

Contribui para o sucesso dessa estratégia argumentativa a forte carga semântica do termo “Vizinhos”, que evoca certo comprometimento com a comunidade, logo, solidariedade. Resgatando a origem histórica desse termo, encontramos os “concelhos” de vizinhos, assembleias ou concílios, surgidos após a invasão da Península Ibérica pelos árabes e decorrentes da consequente desorganização das vilas, fato ocorrido a partir do século VIII. O proprietário visigótico nobre responsável pela comunidade era guerreiro profissional e sua classe foi a que mais sofreu com a guerra empreendida contra os mouros a ponto de muitas vilas terem ficado sem senhor. Os servos, sozinhos nas vilas e sem a autoridade dos senhores, organizaram reuniões de moradores para resolver os problemas coletivos da comunidade. Saraiva (1996) comenta assim a origem do termo “vizinho”: “a palavra latina que designa pequeno lugar povoado é *vicus*; do genitivo *vici* deriva vizinho; o trabalhador da vila, *vilanus*, *servus*, é agora designado pelo lugar em que reside, esta evolução reflete uma libertação” (Saraiva, 1996, p. 37, grifos do autor).

A utilização de uma sequência expositiva articulada ao vocativo reforça ainda mais a estratégia argumentativa de promover a adesão do enunciatário aos valores dessa comunidade específica referenciada na carta. Na unidade textual “vocês recordam que”, o enunciador sugere que as pessoas evocadas pelo pronome de tratamento “vocês”, que no português falado no Brasil expressa maior intimidade com o interlocutor, têm a obrigação de resgatarem da memória a narrativa que se segue: “na outra eleição eu fiz de próprio punho 100 cartinhas e entreguei de porta em porta”.

Essa sequência, inicialmente expositiva, ganha um efeito quase injuntivo, pois a opção pelo verbo no presente do indicativo “recordam” confere um tom irrefutável à declaração. Caso utilizasse a expressão perifrástica “vocês devem se recordar” ou “vocês deveriam se recordar”, o verbo auxiliar “devem” ou “deveriam” apresentaria a ação do verbo principal “recordar” como algo verossímil, hipotético e não como um fato concreto como sugere a escolha lexical feita pela enunciatória ao optar pelo indicativo “recordam”.

Em seguida, articula-se uma sequência narrativa, um período composto por coordenação constituído por dois pares de orações, cada um dos pares é conectado por uma conjunção aditiva e os dois pares são separados por um ponto final: “...na outra eleição eu fiz de próprio punho 100 cartinhas e entreguei de porta em porta. O dr. José estorou (*sic*) de voto com a ajuda e foi vitorioso.”

O primeiro par de orações desta pequena sequência narrativa focaliza o esforço pessoal da enunciatória por

meio das escolhas lexicais empreendidas. Num primeiro momento, isso ocorre pelo uso do adjunto adverbial de instrumento deslocado, “de próprio punho”, ao invés de “a mão”. Algo “feito a mão” teria um cunho mais artesanal. Já o termo selecionado pelo sujeito, “de próprio punho”, reforça o envolvimento pessoal por meio do uso do adjetivo “próprio”, ou seja, “em pessoa” e, portanto, com a direta assumpção de responsabilidade por parte do enunciador; esse procedimento reforça, ainda, o trabalho mais intenso evocado pelo uso do substantivo “punho”, que remete à ideia de força, energia. Esses mesmos valores serão atribuídos ao candidato mais adiante, quando a enunciatória diz que ele irá “trabalhar com serenidade”.

Além disso, a escolha do numeral “100” em lugar de especificar a quantidade de cartas por extenso funciona como elemento que valoriza o trabalho da enunciatória. Sabemos que as cartas foram fotocopiadas, pois o documento base deste trabalho (Figura 1) é uma cópia assim como os entregues em outras casas devem ser, mas a cenografia construída na mente do enunciatário remete à enunciatória escrevendo cem cartinhas iguais e a mão, índice de um sujeito refratário ou sem acesso à tecnologia digital, talvez como a maioria das donas de casa do bairro que receberão os documentos em suas caixas de correio.

Todo esse cunho sacrificial da ação evocado pelo discurso, trabalho pesado de escrita manual, abrandar-se pelo uso afetivo do diminutivo “cartinhas” que confere ao objeto linguístico e, conseqüentemente, ao discurso certo tom de singeleza, certo desprendimento ratificado também pela assinatura do sujeito quando usa o diminutivo “Lourdinha”, apelativo que sugere, mais uma vez, intimidade entre a enunciatória e o enunciatário.

Num segundo momento da sequência narrativa, correspondente à segunda oração, o verbo “entregar” é complementado pela locução “de porta em porta”. Neste termo, a repetição do substantivo “porta”, de certo modo, recria e amplia, pelo ritmo que impõe à frase, a jornada do sujeito pela vizinhança. Outro efeito, menos sugestivo, seria a enunciatória ter dito que entregou as cartas em várias casas ou as deixou em todas as portas.

O segundo par de orações apresenta, pela primeira vez, o tema principal do texto: O dr. José. Apesar do uso do pronomes de tratamento formal “dr.” grafado com letra inicial minúscula, a referência ao político é feita apenas pelo primeiro nome, sugerindo certa intimidade da enunciatória com ele. O nome completo do político, modo mais formal de referência, será retomado cataforicamente apenas no quinto parágrafo, quando será apresentada também a qualificação profissional que justifica o uso do pronomes de tratamento “dr.”: seremos informados de que se trata de um médico.

Chamamos atenção para o fato de que, apesar de não haver uma relação de subordinação entre os dois pares de orações, os fatos narrados no segundo

par apresentam-se como uma consequência direta das ações do sujeito narradas no primeiro par de orações. Leia-se como paráfrase do trecho: “o dr. José ganhou muitos votos e foi vitorioso em consequência do trabalho paciente, árduo e carinhoso - portanto desinteressado - desta enunciatória”.

Grande parte desse efeito de sentido constrói-se por meio do complemento verbal “com a ajuda”. O substantivo “ajuda” funciona como um mecanismo de coesão que retoma estrategicamente as ações da enunciatória narradas no primeiro par de orações. Nesta oração, a enunciatória elide o pronomes possessivo “minha”. Desse modo poderá, mais tarde, fazer com que o enunciatário seja incluído na ação de ajudar, conforme veremos quando analisarmos o segundo parágrafo do documento. Por hora, cabe ressaltar que o uso do substantivo “ajuda” tem um sentido ambíguo no texto, pois indica uma ação que é, simultaneamente, coadjuvante e decisiva: coadjuvante porque “ajuda” significa auxílio, socorro, obséquio e tem um caráter incidental; e decisiva porque a enunciatória, como vimos, vincula diretamente as “100 cartinhas escritas a mão” a uma vitória avassaladora do candidato.

Essa vitória do político graças às cartinhas escritas a mão reforça ainda mais o espírito de grupo que a enunciatória quer estabelecer com os enunciatários por meio da expressão hiperbólica “estorou de votos” (*sic*), expressão duplamente marcada pela oralidade: primeiro por ser informal e depois pela síncope da semivogal do ditongo /ou/ em “estourou”, característica da variante popular da língua portuguesa falada no Brasil.

Também a estrutura sintática do período contribui para o envolvimento de todos os atores no processo. Ao estabelecer a correlação sintática direta entre as ações dos vizinhos, “vocês lembram”; as dela própria, “eu fiz...”; e as do candidato, “o dr. José [...] foi vitorioso”, a enunciatória coloca-se como responsável direta pela eleição do político no passado e como uma espécie de embaixadora, de elo, entre o “dr. José” e a comunidade. Desse modo, adquire uma autoridade de fiadora do discurso que veicula.

Simultaneamente, a referência à memória do enunciatário, que é arrolado como cúmplice, produz o efeito de compartilhamento da vitória com a comunidade de vizinhos a quem ela dirige a carta. A sequência injuntiva e exortativa isolada no segundo parágrafo “Vamos continuar ajudando” é uma oração em que a primeira pessoa do plural insere, definitivamente, o enunciatário na atividade desenvolvida pela enunciatória. Soma-se a isso uso da locução “continuar ajudando”, que faz pressupor já ter havido ajuda anterior do enunciatário.

Cabe destacar, ainda, neste conjunto de orações dos dois primeiros parágrafos, o aspecto telegráfico que a ausência de vírgulas, os usos das aditivas e do ponto final conferem ao texto. A ausência da vírgula entre o vocativo e a primeira oração e o uso do ponto final separando o primeiro e o segundo pares de orações são estratégias que

aproximam o texto da oralidade. Apesar de o sujeito não utilizar o ponto de exclamação, o tom exclamativo faz-se presente, em especial no segundo parágrafo, pelo aspecto injuntivo da construção.

Nesta primeira parte da carta-panfleto, encontramos ecos de adágios como “a união faz a força” e referências ao “trabalho da formiga”, inseto pequeno que produz efeito significativo, respectivamente, na expressão “Vamos continuar ajudando” e na referência às cartinhas feitas de próprio punho. Nesta, especialmente, a enunciadora ressalta que o esforço pessoal, das “100 cartinhas”, “[feitas] de próprio punho”, “[distribuídas] de porta em porta”, promoveu mudanças significativas: o “dr. José estorou de votos e foi vitorioso”.

A tese da enunciadora de que o candidato dr. José deve receber os votos dos enunciatários só será explicitada no sexto parágrafo: “Se você quer um candidato que vai honrar seu voto e trabalhar com serenidade, vote em dr. José, o número dele é 99999”. Antes desse momento, porém, essa proposta já se apresenta como uma realidade indiscutível, que deve ser aceita pela vizinhança, pois a enunciadora sugeriu já ter o dr. José sido eleito com o voto dos enunciatários no passado e, por isso, estes devem continuar votando nele.

O terceiro parágrafo apresenta relevante dimensão argumentativa do ponto de vista da utilização dos pronomes pessoais: “Nós sabemos que podemos contar com ele e que nas horas mais difíceis ele nos ajuda. Se você duvida, basta ir ao seu escritório. Lá eu sempre fui bem atendida.”

Ao lançar mão das formas “nós”, “você”, “ele” e “eu”, a enunciadora instaura dois grupos: um deles é o dos partidários do dr. José, no qual se encontram os que aderem ao discurso de Lourdinha e que a têm como representante, este grupo é referenciado pelo pronome “nós”; “ele” (mecanismo de coesão que recupera o termo “dr. José”, reiterado duas vezes na sequência); e “eu”, a própria enunciadora. O outro grupo é o daqueles que eventualmente duvidam do político, representado pelo pronome “você”. Desse modo, a enunciadora envolve o enunciatário que a apoia e, ao mesmo tempo, exclui aquele que eventualmente duvida: “nós sabemos” e “Se você duvida”. Nota-se que o saber é reforçado pela experiência direta do sujeito quando afirma: “lá [no escritório do dr. José] eu sempre fui bem atendida”. Esta declaração está expressa no modo indicativo e no plural “sabemos”. Já a dúvida quanto à conduta do candidato está expressa no singular com o auxílio da conjunção condicional: “Se você duvida”. Desse modo, aquele que duvida é colocado solitariamente contra o grupo dos que acreditam.

Além disso, a estrutura “Se você duvida” usada em lugar de “Se você duvidar” contribui para o efeito de oralidade produzido pela carta, pois presentifica a figura da enunciadora que simula um diálogo com o enunciatário antecipando a contra-argumentação deste e

apresentando como argumento em favor da tese defendida por ela o apelo ao enunciatário para repetir a experiência da enunciadora: “basta ir no seu escritório [do dr. José]. Lá eu sempre fui bem atendida”. A enunciadora torna-se fiadora daquilo que diz não apenas teoricamente, mas abonada pela experiência, a visita ao escritório do dr. José, visita, aliás, que não é fortuita, mas regular, pois o uso do advérbio “sempre” sugere a disponibilidade do político para receber bem, habitualmente, os eleitores.

A ideia de vizinhança, de pertencimento a uma comunidade, é um elemento estruturador da argumentação em favor do candidato. A construção deste aspecto ideológico que analisamos no uso do vocativo, na ideia de distribuição da carta de porta em porta e na assinatura da enunciadora, “Lourdinha da rua Malta Cardoso”, expande-se agora, por meio do uso de mecanismos de coesão, ao quarto parágrafo em que há mais um argumento em favor do dr. José Silva: “Ele [o dr. José] é o único candidato da nossa região, do nosso bairro que tem chance de ganhar esta eleição.”

A estratégia linguística de apelar à consciência coletiva do enunciatário também se constrói no texto pela repetição do mecanismo de coesão, o pronome possessivo “nossa/nosso”, e por dois sinônimos que recuperam a noção de vizinhança e que se organizam a partir daquele que denota abrangência maior, “região”, para o que denota abrangência menor, “bairro”.

O adjetivo “único”, que qualifica o candidato, acrescido da oração adjetiva restritiva “que tem chance de ganhar” são elementos que introduzem, ainda, neste argumento, a noção de voto útil, postura eleitoral cujos critérios para a escolha de um candidato a cargos eletivos não se baseiam em uma agenda de propostas políticas vinculadas a ideologias partidárias, mas exclusivamente na crença de que o político irá interceder em favor dos vizinhos. Subentende-se que a opção dos enunciatários por outro candidato resultará em desperdício de voto, pois os outros não têm chance de ganhar a eleição, segundo a enunciadora.

Em nenhum momento a enunciadora cita a qual partido o candidato pertence ou que ideias o partido dele defende. No quinto parágrafo, ela apresenta o nome completo do político (até então referenciado pelo primeiro nome e pelo pronome pessoal “ele”), a profissão, o caráter humilde (aliás, posto em contraste com a profissão, dado que comentaremos posteriormente) e o envolvimento dele com a família. Esses valores representados pelo sobrenome, pela formação superior e pela humildade irão credenciá-lo a receber os votos dos enunciatários. Todos esses, contudo, são elementos de caráter pessoal do candidato e não estão ligados à atuação pública dele, o que mostra a importância dada pelo discurso a aspectos pessoais em detrimento das ações coletivas que o político tenha praticado ou de sua capacidade administrativa.

A afirmação de que o candidato “é médico e nem por isso deixa de ser uma pessoa humilde” reproduz o discurso de um sujeito simples e que tem pouco acesso à educação formal o que justifica, em parte, certo juízo de valor negativo acerca da categoria médica sugerida pela fala: a condição de médico implica falta de humildade, exceção feita ao dr. José. Também essa afirmação sobre os médicos tem a finalidade de aproximar a enunciatória do enunciário, já que pressupõe que o leitor da carta esteja no mesmo nível socioeconômico em que se coloca a signatária e não seja médico.

No sexto parágrafo, em que a tese do texto é explicitada, são elencados outros valores com a finalidade de seduzir o enunciário, expressos pelos termos “honrar”, “trabalhar” e “com serenidade” e apontam o que as pessoas de bem devem querer. A locução adverbial de modo “com serenidade”, especialmente, revela o perfil conservador da enunciatória, que valoriza alguém que não seja revolucionário, motivo pelo qual tem afinidade ideológica com o candidato. Esse perfil conservador é reforçado pela ação principal do político, a Lei seca, cujo efeito duradouro destaca por meio da locução verbal no gerúndio: a aprovação da “Lei Seca que está salvando muitas vidas”.

Em seguida, prevalece no texto o tom exortativo do panfleto e a enumeração das ações esperadas do enunciário que aderir à mensagem: ele deve “torcer”, “pedir” e “eleger”. Esta sequência de ações obedece a uma gradação que vai daquela que menos implica envolvimento pessoal do sujeito, “torcer”, àquela que pressupõe um envolvimento mais direto, “pedir”, e finaliza com o verbo “eleger”, ou seja, manifestar a preferência por algo, ação que se concretiza no plano coletivo, pois se efetivará pela maioria de votos dados ao candidato em questão. Também o ato de pedir obedece a uma sequência lógica que vai do particular, do mais íntimo, os parentes e amigos; ao coletivo, os vizinhos.

No parágrafo final, a enunciatória encerra o discurso mudando bruscamente de enunciário. Agora, em vez de evocar os vizinhos, dirige-se à instância máxima de qualquer enunciação que envolve pessoas que têm fê: a divindade. Quando diz “Peço a Deus”, agrega mais um valor ao candidato e aos eventuais eleitores dele, a religiosidade. Hiperbolicamente, esse pedido recupera, ainda, a ideia de uma guerra santa, já que o pleito eleitoral transforma-se em “mais esta batalha”.

Considerações finais

Reconhecemos que a leitura realizada em nosso trabalho é apenas uma possibilidade entre as muitas oferecidas pelo documento em questão ou por qualquer texto, bem como também reconhecemos que essa leitura, por mais técnica que tenha procurado ser, está impreg-

nada de subjetividade. De qualquer modo, trata-se de uma tentativa de buscar no objeto linguístico escolhido como *corpus* de pesquisa a corporalidade de um sujeito que se constrói por meio do texto ou o rastro deixado pelo discurso do sujeito no ato de encenação de sua fala, como diz Maingueneau (2011, p. 95), ou as marcas de apropriação da língua pelo sujeito, pois: “É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito” (Benveniste, 2005, p. 286).

Entre esses rastros ou marcas, destacamos, inicialmente, o gênero, carta-panfleto, e o hibridismo inscrito na própria categorização que demos a ele: as características formais e linguísticas de uma carta pessoal a serviço do objetivo enunciativo pragmático de um panfleto. Esse procedimento materializa o quadro cênico do panfleto que se desloca para o segundo plano em função do modo como é recebido pelo leitor, como uma carta. A força argumentativa do documento reside no fato de o candidato não se dirigir diretamente ao eleitor, mas uma eleitora afinada com os valores dele que se constrói discursivamente ao longo do texto. Ao mesmo tempo, essa eleitora – fraternal, carinhosa, obstinada e incisiva – é meticulosamente construída a partir dos valores daqueles a quem se dirige, o virtual eleitorado do candidato.

As qualidades destacadas como credenciais para o voto não são, em sua maioria, as que se espera de um representante estadual ou de um servidor público, antes são destacados os aspectos que fazem o candidato um vizinho, alguém pertencente ou que poderia pertencer ao clã do eleitor, ainda que ocupe uma posição social supostamente superior aos demais integrantes da comunidade, a de médico. Esse argumento é construído tanto pelo que é enunciado quanto pelo modo como é enunciado e toma corpo no ato da enunciação nas várias camadas do material linguístico.

Mesmo hoje em dia, passados setenta e sete anos da publicação de *Raízes do Brasil*, em 1936, emerge do discurso de Lourdinha, em uma grande cidade brasileira considerada cosmopolita, a formação ideológica que nos revela o retrato de uma sociedade bastante conservadora, um tanto clientelista, apegada aos valores tradicionais, trabalho religião e família, em que se misturam os conceitos de público e privado. Esse retrato foi apreendido por meio de uma prática de leitura interativa do texto, elemento que materializa o discurso e instaura o sujeito no ato da enunciação.

Referências

- BENVENISTE, E. 2005. *Problemas de linguística geral I*. 5ª ed., Campinas, Pontes Editores, 387 p.
- BENVENISTE, E. 2006. *Problemas de linguística geral II*. 2ª ed., Campinas, Pontes Editores, 254 p.
- BRANDÃO, H.N.B. 2004. *Introdução à análise do discurso*. 2ª ed., Campinas, Editora Unicamp, 124 p.

- BRONCKART, J. 2009. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sociodiscursivo*. 2ª ed., São Paulo, Educ, 353 p.
- HOLANDA, S.B. 1995. *Raízes do Brasil*. 26ª ed., São Paulo, Cia das Letras, 220 p.
- MAINGUENEAU, D. 2011. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo, Cortez, 238 p.
- MARCUSCHI, L.A. 2005. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: A.P. DIONÍSIO; A.R. MACHADO; M.A. BEZERRA (org.), *Gêneros Textuais & Ensino*. 4ª ed., Rio de Janeiro, Lucerna, p. 19-36.
- SARAIVA, J.H. 1996. *História concisa de Portugal*. 18ª ed., Lisboa, Europa-América, 375 p.

Submetido: 29/03/2015

Aceito: 21/09/2015

Manoel Francisco Guaranha

Universidade Cruzeiro do Sul

Rua Galvão Bueno, 868, Liberdade

01506-000, São Paulo, SP, Brasil

Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo

Rua Frei João, 59, Vila Nair, Ipiranga

04280-130, São Paulo, SP, Brasil